

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Tocantins

Class.: 328

Data: 11 a 17.12.90

Pg.: 7



O gado ainda permanece na Ilha do Bananal

Funai fiscaliza a saída de retireiros

(Gurupi/Correspondente) - O superintendente Executivo Regional da Funai, responsável pela 6ª Região, que abrange Goiás e Tocantins, Amiltom Gerônimo de Figueiredo, visitou a Ilha do Bananal nos últimos dias quatro, cinco e seis, com o objetivo de fiscalizar a operação de desocupação dos usuários ilegais, que já estão sendo notificados e tem um prazo de 30 dias para abandonar a área. Gerônimo informou que esta é uma decisão que vem sendo cogitada há muito tempo pelo Órgão, mas que só agora é que está sendo executada, "para que assim os índios tenham o direito de viver livres em seu habitat natural".

Porém os moradores de São José, um dos maiores povoados existentes na Ilha, com 77 famílias localizado às margens do Rio Javaé, não concordam com o prazo de 30 dias exigido pela Funai, para deixarem a área. Consideram que o prazo é pequeno, para providenciar um outro lugar para morar. "Se o governo der a terra para a gente morar, tudo bem, mas se não der fica difícil, porque aqui todo mundo é pobre. Os ricos são os que moram lá fora, e só colocam, o gado aqui na Ilha", ressaltou Josefa Portil, moradora há 27 anos no povoado. São José está servido de energia elétrica, antena parabólica, escola e uma igreja, tudo isso instalado pela Prefeitura de Formoso do Araguaia, apesar deste povoado estar sob a jurisdição da Funai.

A operação de desocupação está sendo feita em ação conjunta com a Polícia Federal, com um total de 35 agentes distribuídos em 11 postos de fiscalização em toda a Ilha. Após o vencimento dos 30 dias concedidos para a retirada, os

que persistirem em ficar, terão seus bens confiscados e incorporados ao patrimônio indígena.

Pedro Wereá Javaé, cacique da aldeia Canoanã, uma das maiores existentes na Ilha - com cerca de 550 índios -, considera certa a retirada dos brancos, que, segundo ele, estão provocando sérios prejuízos à comunidade indígena, tanto na degradação do meio ambiente como na descaracterização de seus costumes. "Os brancos devem ficar do outro lado, fora da Ilha, eles entram aqui e acabam, com tudo, com nossos pastos, com nossos costumes, com as caças da gente e tiram, madeira para vender", ressaltou o cacique.

Porém existem alguns índios, que ainda estão preocupados com esta desocupação, como é o caso de Idiarren Javaé, também morador da Aldeia Canoanã, que afirmou que até o momento a Funai não repassou nenhuma explicação a comunidade indígena, principalmente no que concerne a arrecadação do imposto anual cobrado aos usuários ilegais da Ilha, que são revertidos em benefícios à comunidade.

Entretanto o Superintendente afirmou que não existe pagamento de impostos. O que existe é uma multa pelos danos causados ao meio ambiente. "Este dinheiro arrecadado dos usuários ilegais, é um dinheiro maldito, os índios é por que não sabem da gravidade que isto vem sendo adotado ao longo do tempo, e não é este dinheiro, que vai dar sobrevivência ao índio, mas sim o Governo que tem a responsabilidade de dar todo o apoio na área de educação, saúde e defesa de seus direitos", reiterou Gerônimo.